



## **Recomendação**

O Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para além da sua relevância financeira, constitui um importante instrumento de política de ordenamento e desenvolvimento do território.

Considerando que:

A existência de casas desabitadas durante um longo período de tempo tem repercussões negativas a nível da justiça social e do ordenamento e do desenvolvimento sustentado e sustentável do concelho contribuindo para o agravamento da desertificação

A lei 6/2006, de 27/2 (Novo Regime do Arrendamento Urbano) introduziu alterações aos Códigos nº 3 do artigo 112º do CIMI, instituindo um quadro legal que penaliza os prédios urbanos que se encontrem devolutos através da aplicação do dobro das taxas de IMI, responsabilizando assim os proprietários que não assegurem qualquer função social ao seu património.

O Decreto-Lei nº159/2006, de 8 de Agosto, procedeu à definição do conceito de prédio devoluto.

A Assembleia Municipal de Viseu, reunida no dia 28 de Setembro de 2007, delibera propor à Câmara Municipal de Viseu que no ano de 2008:

As taxas do IMI sejam elevadas ao dobro nos casos dos prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, conforme as disposições do número três do artigo 112º do CIMI e as definições do DL 159/2006.

Viseu 28 de Setembro de 2007

A Deputada Municipal do Bloco de Esquerda  
Maria da Graça Marques Pinto

Proposta rejeitada com os votos contra do Grupo Municipal do PS, votos a favor de alguns deputados municipais do PSD e abstenções dos restantes membros da Assembleia Municipal.